

RELATÓRIO DE INVESTIMENTO
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
JANEIRO DE 2026

COMENTÁRIO DA GESTÃO

A partir de fevereiro de 2025, a política de investimentos da GOIASPREV passa a observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 5.272/2025, que substituiu a Resolução CMN nº 4.963/2021, contendo a GOIASPREV, buscando a devida adequação à norma, elabora seu relatório mensal à luz da Res. CMN 5.272/2025. A nova norma promove atualização e consolidação das regras aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com aprimoramento na classificação dos segmentos de aplicação, revisão de limites e critérios de enquadramento, além de reforçar as exigências de governança, gestão de riscos, controles internos e aderência à política de investimentos. Também há maior ênfase na compatibilização entre ativos e passivos, na transparência e na responsabilidade técnica na tomada de decisão, alinhando a gestão dos recursos previdenciários às melhores práticas de mercado e à sustentabilidade atuarial de longo prazo.

O presente Relatório apresenta, de forma segmentada por subcarteiras e de maneira consolidada, a evolução da alocação dos recursos, a análise de desempenho em relação aos respectivos benchmarks e o acompanhamento dos principais indicadores de risco definidos na Política de Investimentos 2026, observando a compatibilidade entre os objetivos de rentabilidade, liquidez e segurança dos recursos previdenciários e as características do passivo atuarial do RPPS do Estado de Goiás.

As rotinas de acompanhamento e reporte foram estruturadas para assegurar a aderência à Resolução CMN nº 5.272/2025 e à Política de Investimentos de 2026, sendo que os controles de periodicidade trimestral passarão a integrar os Relatórios Mensais de Investimentos e os Relatórios de Governança. Registra-se, ainda, que permanecem em curso ajustes interpretativos e sistêmicos em âmbito nacional, inclusive por parte do Ministério da Previdência, quanto à referida Resolução. A Subcarteira de Imunização, composta por NTN-B marcadas na curva, ainda não recebeu alocação de recursos, em razão da fase final de contratação da custódia qualificada, da habilitação das instituições dealers e da restrição da Resolução CMN nº 5.272/2025 às operações com instituições financeiras classificadas nos segmentos S1 e S2.

Quanto ao monitoramento do risco de crédito, registra-se que as instituições financeiras ainda se encontram em processo de adequação à nova regulamentação, especialmente no que se refere à adaptação de suas carteiras, aos procedimentos operacionais e à padronização das informações. Além da atualização do conteúdo técnico, o Relatório passou a adotar nova abordagem de apresentação, com linguagem mais acessível e estrutura inspirada em formato de revista, incorporando seção sintética de análise de cenário e o posicionamento do cenarista da Gerência de Investimentos, responsável por articular informações da Pesquisa Focus, interagir com cenaristas de mercado e subsidiar tecnicamente o processo decisório.

Por fim, o Relatório é submetido à apreciação do Comitê de Investimentos para análise e emissão de parecer técnico. Após sua manifestação, o Relatório e o respectivo parecer serão encaminhados à Gerência de Governança Corporativa, para posterior envio à Diretoria Executiva e, na sequência, aos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Goiasprevidência, para conhecimento e deliberação no âmbito de suas competências.

Leonardo Lucio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos



CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

GRÁFICO 1 - BOLETIM GOIASPREVPREV - JANEIRO 2026

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB (%)	2,26*	1,75	1,88	1,97	1,63	1,51	1,43
Desemprego (%)	5,1	5,45	5,92	5,91	5,98	5,99	6,01
Inflação (%)	4,26	4,05	3,97	3,85	3,69	3,52	3,33
Dólar (R\$)	5,5	5,64	5,79	5,95	6,1	6,25	6,4
SELIC-fechamento (% a.a.)	14,9	12,42	10,93	9,52	8,11	6,7	5,3
SELIC-média (% a.a.)	14,32	13,05	11,45	10,04	8,64	7,23	5,82
SELIC REAL Fechamento (% a.a.)	10,21	8,7	7,72	6,74	5,76	4,76	3,76
SELIC REAL-média (% a.a.)	9,65	9,31	8,2	7,25	6,28	5,28	4,28
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	9,60**	9,93	9,84	9,72	9,55	9,37	9,17

* O crescimento do PIB em 2025 só terá sua primeira versão publicada em março, sendo esta uma previsão do Focus.

**Para o ano de 2025 valia a margem de 5,12% sobre a inflação, calculada aqui como a variação do IPCA.



O mês de janeiro de 2026 teve inflação idêntica ao último mês do ano anterior, 0,33%, embora baixa para o mês de janeiro, razoavelmente maior do que o mesmo mês em 2025 (0,16%). Tanto para janeiro de 2025 quanto para 2026 contribuem para o baixo IPCA (para os padrões sazonais a redução do custo da energia elétrica, em 2025 tal redução se deveu ao bônus da ANEEL, em 2026 o principal fator foi a saída da bandeira amarela para a verde. O setor de transportes foi o principal responsável para inflação, contribuindo com mais de 1/3 para o total da inflação do mês de janeiro, isto se deve especialmente ao aumento do preço dos combustíveis. A atualização do ICMS sobre gasolina, diesel e GLP (gás de cozinha) pelo Conselho de Políticas Fazendárias (CONFAZ) foi o principal fator de alta desses preços. O aumento de preços dos combustíveis, como insumo de quase todo serviço de transporte, reverbera sobre todo o grupo.

A variação de 12 meses do IBC-Br, índice mensal do Banco Central para medir a atividade econômica do país, vem aferindo sucessivas quedas desde maio de 2025, quando variação de 12 meses do índice teve o valor de 4,22%, em novembro de 2025 (última aferição pública) a mesma métrica obteve o valor de 2,39%³.

O crescimento do PIB em relação ao trimestre anterior vem em contínua queda, tendo aferido 1,5% no primeiro trimestre de 2025, 0,3% no segundo, e apenas 0,1% no terceiro⁴. As projeções para a variação do PIB em 2025 estão entre 1,9% e 2,4%, dadas as aferições dos três primeiros trimestres, isso significa que o último trimestre do ano terá uma variação em relação ao trimestre anterior entre -0,01% e 0,48%, oscilando entre um crescimento trivial e mínima retração.

O crescimento do PIB brasileiro em 2024 e primeiro trimestre de 2025 se deu principalmente por causa de duas excepcionalidades sob as quais a economia brasileira não mais está funcionando: o período de performance atipicamente elevada do setor agropecuário e a fase de recuperação da crise da pandemia. No primeiro trimestre de 2025 a matriz de produção agropecuária teve um aumento do seu PIB de 16,4% em relação ao trimestre anterior, um crescimento raro de se ver mesmo no ano para qualquer uma das três grandes matrizes produtivas da grande maioria dos países.

A crise da pandemia, como qualquer crise, encerrou circulação e produção de mercadorias, mas sem eliminar o conhecimento e os meios de restabelecê-las. De tal modo, após a recuperação de crises é comum o elevado crescimento econômico, pois surge nova produção/circulação para substituir a produção/circulação encerrada na crise, e esta surge sem precisar criar seus meios e métodos, de modo muito mais rápido que quando era uma inovação, além disso períodos pós-crise tendem a ter taxas básicas baixas para estimular crescimento, o que torna o crédito mais barato para as firmas. Além da exaustão da recuperação da crise da pandemia e do fim da performance atípica da matriz agropecuária, ajuda a explicar a desaceleração econômica a alta da taxa básica de juros, que vem crescendo desde setembro de 2024 estando a meta em 15% a.a. desde o 20/06/2025.

³ BANCO CENTRAL: * O crescimento do PIB em 2025 só terá sua primeira versão publicada em março, sendo esta uma previsão do Focus.

^{**}Para o ano de 2025 valia a margem de 5,12% sobre a inflação, calculada aqui como a variação do IPCA.



A política tarifária dos EUA que tem tido como tônica o uso de tarifas de importação como instrumento de pressão para redirecionamento econômico e geopolítico, ao encarecer suas importações e provocar retaliações, reduziu o fluxo de comércio global em dólares, diminuindo sua circulação e demanda. Esse encolhimento do comércio externo aprofunda a nacionalização da economia americana, que, ao se voltar para dentro, reduz a necessidade internacional de sua moeda. Com menos dólares em circulação e um cenário de incertezas comerciais, credores globais perdem confiança no ativo, buscando proteção em outras moedas, como o real.

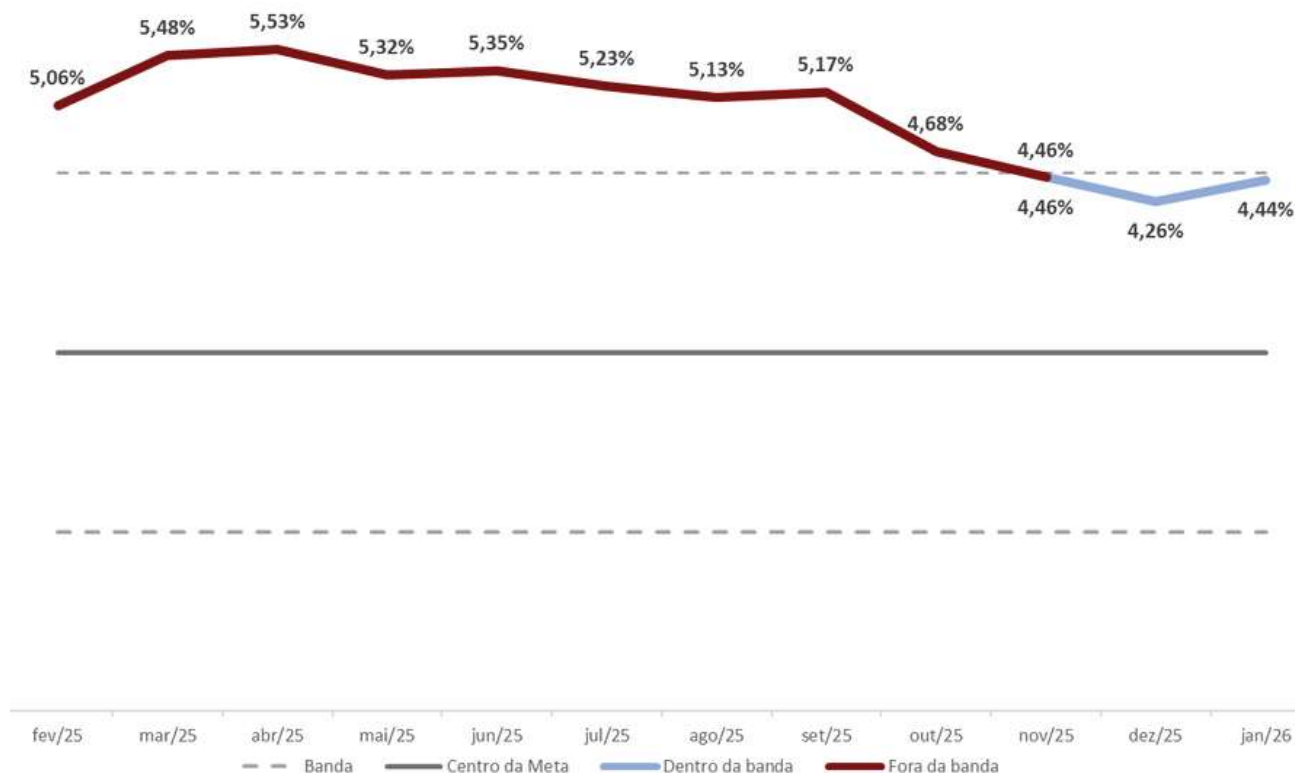
O efeito combinado é uma tendência de desvalorização cambial e maior volatilidade, dada a tendência do mercado de reservas internacionais de substituir o dólar e dadas as inversões repentinas que podem se dar seja com o restabelecimento de um antigo laço dos EUA com o mundo, seja pelo rompimento de mais um. A tendência de desvalorização do dólar, no entanto, é contraposta (ora parcialmente, ora plenamente) com a tendência estrutural de desvalorização do real face ao dólar.

O abandono do dólar pressiona sua desvalorização, a referida tendência estrutural pressiona sua valorização face ao real, e a incerteza geopolítica, junto à incerteza de qual é a força resultante do choque desses dois vetores, traz um forte componente de volatilidade. Com toda essa incerteza, predominou em janeiro a tendência de desvalorização, encerrando o dólar com 4,95% de queda (de R\$ 5,50 para R\$ 5,23).

A menor confiabilidade do dólar, as retaliações aos movimentos de Trump, junto a um prévio bom estado da economia brasileira catalisaram no último ano e em janeiro de 2026 as inversões do resto do mundo na bolsa brasileira. O resultado semestral do primeiro semestre de 2025 é maior que de qualquer semestre pós-pandemia, aferindo um investimento líquido de R\$ 26,9 bilhões. O saldo de entradas e saídas de janeiro de 2026, foi o maior saldo mensal de toda a história da bolsa brasileira, sendo maior que o saldo anual de 2025 (já atipicamente elevado), aferindo R\$ 26,3 bilhões, em comparação com o saldo de R\$ 25,9 bilhões no ano de 2025.



GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



O gráfico 3 retrata, ao longo dos meses, um processo gradual de desaceleração da inflação, partindo de níveis acima da topo da meta e decrescendo, de forma consistente, em direção ao intervalo compatível com a meta.

Nos primeiros períodos, a trajetória ainda se mantém fora dos limites desejáveis, refletindo um ambiente de maior pressão inflacionária. À medida que os meses avançam, observa-se um movimento contínuo de arrefecimento, com reduções sucessivas que indicam perda de fôlego da inflação. Esse comportamento não ocorre de forma abrupta, mas é um reflexo da política contracionista que teve como marco o auge da taxa de juros de 15% a.a em junho de 2025.

O arrefecimento da inflação evidencia-se quando a linha de inflação acumulada de 12 (doze) meses cruza o limite superior da banda e passa a se situar dentro do intervalo de tolerância, paralelo ao centro da meta. A mudança de coloração da linha no gráfico reforça visualmente esse momento, marcando a transição de um cenário de desvio para um contexto de maior aderência ao objetivo estabelecido.

Nos períodos mais recentes, a inflação se mantém dentro da banda, ainda que com pequenas oscilações, sinalizando a eficiência da política de juros vigente. O gráfico, como um todo, comunica uma mensagem clara: após um período prolongado de pressão, o comportamento inflacionário entra em rota de convergência, demonstrando a posição de contracionista da política monetária.

A saturação do efeito rebound da crise da pandemia e a volta da performance comum da matriz agropecuária removem os principais motores de crescimento operantes em 2025, sendo crível esperar um crescimento econômico menor em 2026. A já verificada desaceleração do crescimento brasileiro concomitante a um robusto mercado de trabalho, que vem aferindo sucessivas mínimas históricas da taxa de desemprego junto a sucessivas máximas históricas de remuneração média do trabalho desde a mudança na metodologia de cálculo em 2012, sugere mais uma transição da prosperidade para a estagnação, que para uma crise de superprodução, embora esta possibilidade não possa ser descartada.

A já presente desaceleração do crescimento, junto ao parcial sucesso em combater a inflação devem fazer com que a política monetária reduza suas metas para a taxa SELIC (no momento tal meta é de 15% a.a., tendo a economia brasileira operada a 14,9% a.a.), o que junto à pressão do mercado de trabalho, do núcleo e difusão da inflação, devem dificultar o atingimento da meta de inflação de 3%. O núcleo da inflação acumulada de 12 meses de janeiro de 2026 está em 5,38% pelo IPCA-EX1, enquanto a difusão da inflação no mesmo mês está em 63,93%¹.

Os elevados (ainda que em queda) juros brasileiros, junto aos baixos juros internacionais e já mencionadas pressões pelo abandono do dólar

geram uma tendência de desvalorização do dólar que pode contrapor a tendência estrutural de desvalorização do dólar face ao real, tornando pouco clara a direção do câmbio, estando tal direção mais obtusa devido aos fatores de incerteza da atualidade, como tarifas e sanções que podem se multiplicar, intensificar ou ser levantadas. O cenário de tensão dos EUA com Irã, Palestina, China, Rússia e mais recentemente até União Europeia, inspira incerteza na medida em que grandes volumes de negociações podem ser feitos com a resolução do algum ponto de tensão bem como podem ser extinguidos com a instauração de novas barreiras ao negócio internacional ou intensificação das já existentes. A intensificação/resolução da Guerra Russo-Ucraniana também é um fator de volatilidade internacional. Todos esses fatores afetam não só o câmbio, mas também o mercado doméstico. A resolução da Guerra Russo-Ucraniana tornaria fertilizantes e hidrocarbonetos mais baratos, diminuindo o custo de importantes insumos. A intensificação/aplramento da tensão dos EUA com os mencionados atores internacionais aumenta/diminui o influxo financeiro para o mercado periférico. Dada a incerteza que o cenário internacional representa, países a inversão no mercado financeiro de países periféricos deve continuar elevada.

¹ BANCO CENTRAL: O efeito combinado é uma tendência de desvalorização cambial e maior volatilidade, dada a tendência do mercado de reservas internacionais de substituir o dólar e dadas as inversões repentinas que podem se dar seja com o restabelecimento de um antigo laço dos EUA com o mundo, seja pelo rompimento de mais um. A tendência de desvalorização do dólar, no entanto, é contraposta (ora parcialmente, ora plenamente) com a tendência estrutural de desvalorização do real face ao dólar.

□ *Paulo José Paiva Guimarães*

Economista pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em economia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Cenarista contratado pela Goiás Previdência - GOIASPREV.

TABELA 2 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		1,78%
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A tabela 1 acima apresenta a estrutura de limites adotada na política, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização, Liquidez e Estabilidade e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação definidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial por meio de ativos aderentes ao passivo.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite de até 40% e alvo próximo a esse patamar, reforça o compromisso com disponibilidade de recursos para a gestão de fluxo e solvencia das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira, formada apenas pelos recursos obtidos da rentabilidade que excedeu a meta atuarial em meses anteriores. A tabela tonar-se a referencia para o acompanhando dos alvos definidos na Política de Investimentos de 2026.

A Tabela 3, em síntese, evidencia os limites normativos alinhados à regulamentação vigente na Resolução CMN 5.272/2025 e se materializa em uma carteira predominantemente composta por ativos de renda fixa, com baixa exposição a segmentos de maior risco. Ressalta-se que o nível de pró gestão é um fator determinante no acesso aos incisos. Contudo, a GOIASPREV, que possui o nível máximo de Pró Gestão, tem acesso a qualquer tipo de ativo descrito na normal legal, desde que permitido em sua Política de Investimentos.

Em suma, os dados indicam pleno enquadramento as normais legais estabelecidas, pois a posição na data de referencia esta abaixo do limite legal, os incisos com algum aporte, são a representação do re-enquadramento das posições legadas do CMN 4963/2021 neste momento de transição.

**TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN 5272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 30/01/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores, cujos recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	51,49%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	-
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	-
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic	5,00%	-
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	47,59%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	-
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	-
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	-
Art. 7º inciso IX	cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	-
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,87%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	-
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	-
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	-

DESEMPENHO

A composição da carteira revela uma estratégia clara: priorizar a subcarteira de liquidez, estabilidade. A maior parte dos recursos está alocada em ativos de renda fixa, desenhados para oferecer previsibilidade e segurança, o que confere ao portfólio um perfil essencialmente conservador. Essa escolha não é casual, ela reflete um posicionamento atento ao cenário econômico caracterizado pela alta taxa de juros e pelas características alogadas do passivo.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ	%	SALDO DEZEMBRO	%	SALDO JANEIRO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		99,13%	760.229.895,35	99,08%	788.453.108,54
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	4,72%	36.187.838,90	4,60%	36.627.286,56
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	7,37%	56.519.190,17	7,18%	57.166.291,27
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	14,03%	107.539.966,45	16,06%	127.773.145,45
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,62%	12.441.441,82	1,58%	12.586.182,72
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	16,79%	128.703.433,15	16,37%	130.225.755,52
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA	23.215.097/0001-55	0,54%	4.113.959,61	0,53%	4.195.137,00
BB PREVIDENCIARIO RF IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	3,24%	24.842.992,22	3,19%	25.391.682,99
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,54%	11.778.255,62	1,50%	11.902.808,06
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,50%	3.809.743,26	0,48%	3.854.386,90
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	19,41%	148.783.653,34	18,92%	150.554.778,29
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,05%	346.604,79	0,04%	350.367,28
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	13,09%	100.306.010,40	12,76%	101.507.192,98
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	14.508.643/0001-55	4,25%	32.576.411,72	4,14%	32.930.210,78
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	12,04%	92.280.393,90	11,74%	93.387.882,73

A subcarteira de liquidez e estabilidade domina a alocação. Nela, concentram-se fundos com estratégias voltadas para títulos públicos, crédito de alta qualidade nos termos da Resolução CMN 5.272/2025.

	CNPJ	%	SALDO DEZEMBRO	%	SALDO JANEIRO
SUBCARTEIRA DE RISCOS					
		0,81%	6.174.455,21	0,87%	6.952.009,92
BB ACOES GOVERNANÇA	10.418.335/0001-88	0,41%	3.107.333,48	0,44%	3.496.337,93
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,29%	2.215.678,23	0,32%	2.542.192,64
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,11%	851.443,51	0,11%	913.479,36
CONTAS CORRENTES					
			29.678,32		343.080,82
BANCO DO BRASIL	-		-		343.080,82
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		29.678,32		-
TOTAL DA CARTEIRA		100,00%	766.434.028,88	100,00%	795.748.199,28

Esse arranjo permite que a carteira mantenha alto grau de liquidez, ao mesmo tempo em que reduz a exposição a movimentos bruscos de mercado. A diversificação entre diferentes fundos e instituições financeiras reforça esse desenho, diluindo riscos e fortalecendo a resiliência do conjunto. A subcarteira de riscos, embora represente uma parcela bastante reduzida do total, cumpre um papel estratégico: possibilitar alguma captura de oportunidades de mercado, sem comprometer o equilíbrio geral do portfólio, reduzir perdas da carteira devido a mudanças inesperadas e potencializar a rentabilidade quando oportuna. Trata-se de uma participação medida, que funciona mais como complemento do que como vetor central de retorno.

Outro aspecto relevante é a presença de recursos mantidos em contas correntes, em razão do processo de transição entre fundos credenciados, que ainda está em curso. Os saldos creditados após as 16 horas permanecem disponíveis até o dia útil seguinte. No entanto, a partir de fevereiro já contaremos com fundos nos quais a aplicação poderá ocorrer até as 18 horas.

Em conjunto, a carteira se apresenta bem estruturada, cautelosa e coerente com objetivos de longo prazo. A carteira de risco no momento é um legado das alocações oriundas da CMN 4963/2021, diante disso, observamos uma posição alocada em um preço médio de outro ciclo da renda variável, em Fundo de Investimentos que diversificam o portfólio em caso de mudanças na direção dos ativos planejados.

Segundo a Tabela 4, a evolução do patrimônio líquido evidencia uma estratégia de gestão ancorada na liquidez imediata e na estabilidade financeira. A maior parte dos recursos permanece alocada em fundos com resgate rápido, predominantemente em D+0, o que assegura elevada capacidade de resposta a compromissos de curto prazo e reforça a flexibilidade operacional da carteira.

Dentro da subcarteira de liquidez e estabilidade, observa-se uma composição amplamente diversificada entre diferentes fundos de renda fixa, com predominância de estratégias vinculadas a títulos públicos e instrumentos de baixo risco.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE DEZEMBRO E JANEIRO EM MILHÕES DE REAIS

O Gráfico 2 e a tabela 5 demonstram a evolução do patrimônio líquido entre dezembro e janeiro, evidenciando um movimento de crescimento no período analisado. Em dezembro, o patrimônio estava em aproximadamente R\$ 766 milhões, enquanto em janeiro atingiu cerca de R\$ 795 milhões, representando um acréscimo de R\$ 29 milhões. Esse avanço indica uma variação positiva na virada do ano, sugerindo eficiência na gestão dos recursos e capacidade de adaptação a possíveis ajustes típicos desse período. A elevação do patrimônio líquido reforça a estabilidade da carteira e sinaliza fortalecimento financeiro no início do novo exercício.

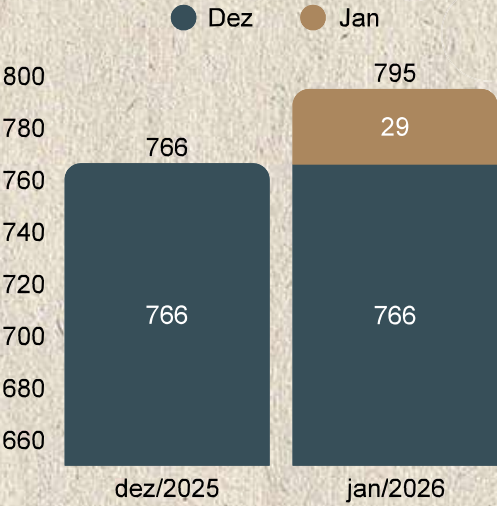


TABELA 5 - APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS POR SEGMENTO

		APLICAÇÕES	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
FUNDOS DE RENDA FIXA			9.245.839,17	760.229.895,35	788.453.108,54
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	-	439.447,65	36.187.838,90	36.627.286,56
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	-	647.101,11	56.519.190,17	57.166.291,27
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	18.947.695,70	1.285.483,31	107.539.966,45	127.773.145,45
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	-	144.740,90	12.441.441,82	12.586.182,72
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	-	1.522.322,37	128.703.433,15	130.225.755,52
↳	CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA	-	81.177,39	4.113.959,61	4.195.137,00
↳	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	-	548.690,78	24.842.992,22	25.391.682,99
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	-	124.552,44	11.778.255,62	11.902.808,06
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	-	44.643,64	3.809.743,26	3.854.386,90
↳	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	29.678,32	1.741.446,63	148.783.653,34	150.554.778,29
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	-	3.762,50	346.604,79	350.367,28
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI	-	1.201.182,57	100.306.010,40	101.507.192,98
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	-	353.799,06	32.576.411,72	32.930.210,78
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	-	1.107.488,83	92.280.393,90	93.387.882,73
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL		-	777.554,71	6.174.455,21	6.952.009,92
↳	BB ACOES GOVERNANCA	-	389.004,45	3.107.333,48	3.496.337,93
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-	326.514,41	2.215.678,23	2.542.192,64
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	-	62.035,85	851.443,51	913.479,36

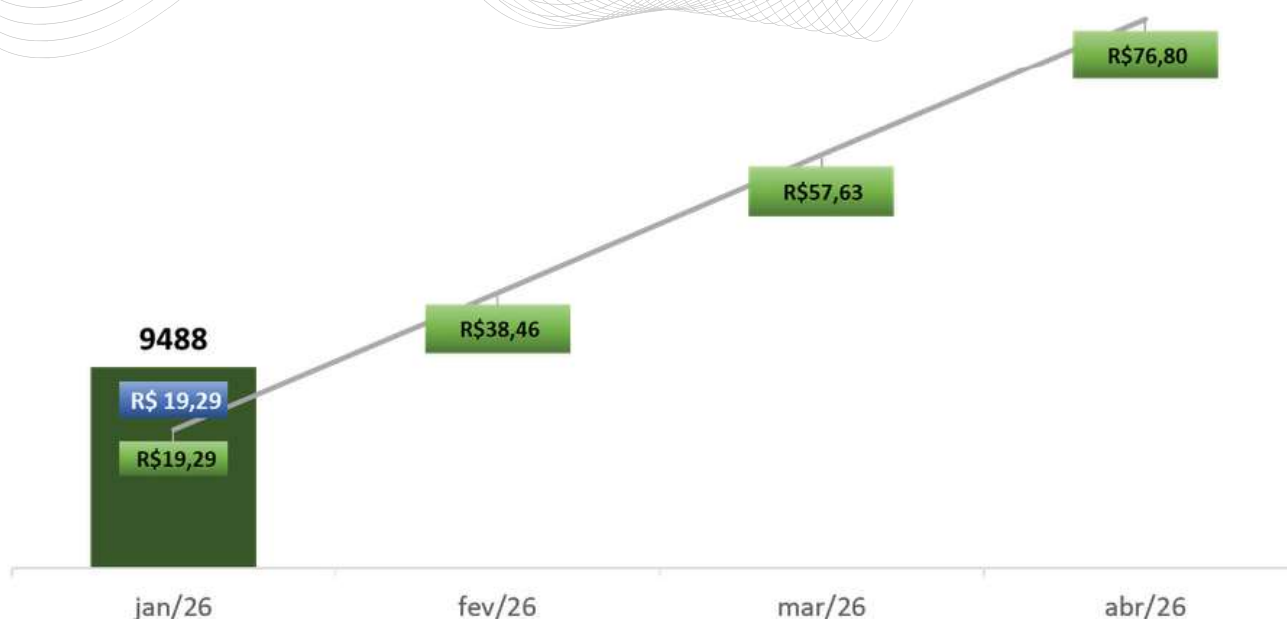
Segundo a tabela 6, a subcarteira de Liquidez e Estabilidade concentra a maior parte dos recursos, distribuídos em fundos com resgate D+0 e taxas de administração reduzidas, o que indica prioridade em segurança, previsibilidade e disponibilidade imediata. Na Resolução CMN 5272/2025 é vedada aplicações em fundos onde a participação de RPPS superem 50% dos fundos, nestes casos novos aportes foram bloqueados e resgates podem acontecer a depender da estratégia adotada pela GOIASPREV. Os RPPS possuem até 24 meses para se adequarem à nova regra acima.

Por sua vez, a subcarteira de Risco representa parcela menor do patrimônio e está direcionada a ativos de renda variável, como fundos de ações e posições específicas em empresas. Esses investimentos apresentam prazos de resgate mais longos (D+3 a D+15) e taxas de administração superiores, refletindo maior volatilidade e potencial de retorno. De modo geral, a estrutura demonstra equilíbrio entre preservação de capital e busca por rentabilidade adicional, com predominância clara de uma postura conservadora na alocação total.

TABELA 6 - PERFIL E CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

		RESGATE	TAXA ADM	% do PL de RPPS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE					
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	D+0	0,20%	36,00%	11.718.217.956,27
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	D+0	0,20%	34,30%	3.427.002.200,04
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	D+0	0,20%	96,00%	9.887.624.765,51
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	D+0	0,10%	16,60%	45.482.846.033,56
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	D+0	0,10%	54,60%	10.891.090.837,74
↳	CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA	D+0	0,40%	97,60%	3.545.709.614,64
↳	BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	D+1	0,30%	40,70%	382.271.916,64
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	D+0	0,20%	59,10%	1.334.780.732,47
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	D+0	0,20%	67,00%	972.354.673,14
↳	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP*	D+0	0,20%	75,60%	23.935.950.970,63
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	D+0	1,00%	43,10%	5.813.523.896,69
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI*	D+0	0,20%	51,80%	23.715.364.553,37
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RF*	D+0	0,80%	99,60%	1.475.151.429,88
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF*	D+0	0,20%	63,70%	9.281.850.070,74
SUBCARTEIRA DE RISCO					
↳	CAIXA ATENA BRASIL AÇOES LIVRE	D+15	2,00%	90,70%	942.513.003,77
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	D+3	1,00%	50,40%	830.830.084,62
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	D+3	0,45%	17,70%	276.484.824,04

GRÁFICO 3 - ARRECADAÇÃO REAL EM JANEIRO E PROJETADA ATÉ ABRIL POR QUANTIDADE DE SEGURADOS



O Gráfico 3 demonstra a arrecadação real registrada em janeiro e a projeção de crescimento até o mês de abril, considerando a quantidade de segurados. Em janeiro de 2026, a arrecadação foi de R\$ 19,29 milhões, com um total de 9.488 participantes, estabelecendo o ponto de partida para as estimativas subsequentes.

A partir desse cenário inicial, observa-se uma projeção de crescimento acumulado linear e contínuo nos meses seguintes. Para fevereiro, estima-se uma arrecadação acumulada de R\$ 38,46 milhões. Em março,

a projeção alcança uma arrecadação acumulada de R\$ 57,63 milhões.

Essa evolução indica uma expectativa de fortalecimento gradual da arrecadação ao longo do primeiro quadrimestre do ano. O comportamento projetado sugere incremento consistente das receitas, possivelmente associado ao aumento da base contributiva, à regularização de contribuições ou à consolidação de políticas de arrecadação. Assim, o gráfico evidencia um cenário positivo, com perspectiva de expansão financeira progressiva e sustentável no período analisado.

TABELA 7 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO	RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE			
BANCO DO BRASIL	1,27%	1,27%	CDI
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,09%	1,09%	98,51%
BB PREV RF IRF-M1 TP	1,18%	1,18%	107,33%
BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,20%	1,20%	108,67%
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,06%	1,06%	95,96%
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	1,17%	1,17%	106,34%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	2,21%	2,21%	200,42%
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,16%	1,16%	105,57%
CAIXA ECONÔMICA	1,18%	1,18%	
CAIXA ALIANCA TP FI RF	1,14%	1,14%	103,89%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	1,09%	1,09%	98,55%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	1,17%	1,17%	106,19%
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATEGICA	1,97%	1,97%	179,06%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	1,19%	1,19%	107,76%
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,20%	1,20%	108,91%
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,21%	1,21%	110,19%
SUBCARTEIRA DE RISCO			
BANCO DO BRASIL	12,52%	12,52%	IBDrX-100
BB ACOES GOVERNANCA	12,52%	12,52%	98,84%
CAIXA ECONÔMICA	12,67%	12,67%	
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	14,74%	14,74%	116,34%
CAIXA FIA ELETROBRAS	7,29%	7,29%	57,52%

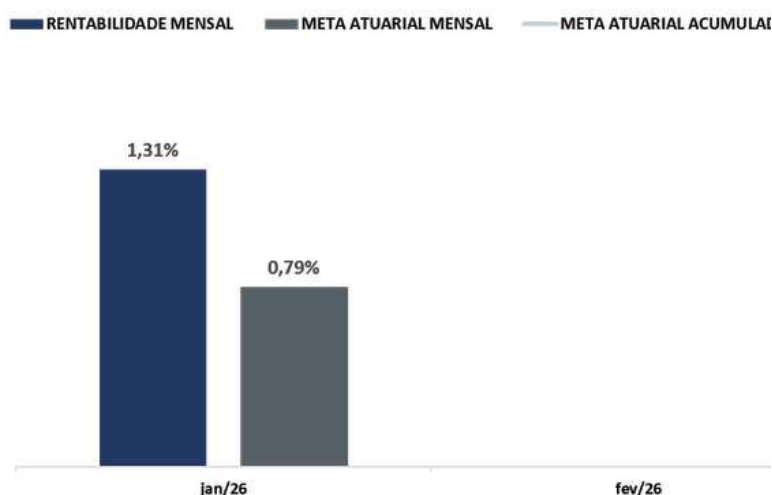
A Tabela 7 apresenta a rentabilidade mensal e acumulada no ano por subcarteira, evidenciando desempenhos distintos entre os segmentos de Liquidez e Estabilidade e de Risco.

Na subcarteira de Liquidez e Estabilidade, observa-se rentabilidade mensal concentrada em torno de 1% a 1,3% na maioria dos ativos, com alguns destaques superiores, como o BB Previdenciário RF IRF-M 1+, que registrou 2,21%, e o Caixa Brasil Gestão Estratégica, com 1,97%. De modo geral, os resultados apresentam boa aderência ou superação do benchmark (CDI), com diversos fundos superando 100% do índice de referência, indicando desempenho consistente dentro de uma estratégia conservadora.

Já na subcarteira de Risco, os retornos são significativamente mais elevados, refletindo maior exposição à renda variável. Destacam-se o Caixa Brasil Ações Livre, com 14,74%, e o Banco do Brasil, com 12,52% no período. Apesar do maior potencial de rentabilidade, a comparação com o benchmark (IBrX-100) demonstra variações, com alguns ativos superando o índice e outros ficando abaixo.

De forma geral, a tabela evidencia uma carteira equilibrada, em que a subcarteira conservadora garante estabilidade e previsibilidade, enquanto a subcarteira de risco contribui para potencializar os ganhos, elevando a rentabilidade global no período analisado.

GRÁFICO 4 - RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O Gráfico 4 apresenta a rentabilidade do fundo previdenciário em comparação com a meta atuarial mensal e acumulada. Em janeiro de 2026, o fundo registrou rentabilidade de 1,31%, enquanto a meta atuarial mensal foi de 0,79%. O resultado indica que o desempenho do período superou a meta estabelecida, demonstrando eficiência na gestão dos investimentos e capacidade de geração de retorno acima do mínimo necessário para o equilíbrio atuarial.

A superação da meta atuarial no mês contribui positivamente para o desempenho acumulado do exercício, fortalecendo a sustentabilidade do plano no longo prazo. Esse resultado reforça a consistência da estratégia adotada e sinaliza alinhamento entre a política de investimentos e os objetivos atuariais do fundo.

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A alocação por instituição financeira demonstra predominância da Caixa Econômica Federal, que concentra 63,63% do patrimônio total (R\$ 506,1 milhões), enquanto o Banco do Brasil responde por 36,37% (R\$ 289,3 milhões), em um volume consolidado de R\$ 795,4 milhões. A estrutura evidencia uma concentração relevante em uma única instituição, porém com diversificação institucional suficiente para mitigar riscos operacionais e preservar flexibilidade estratégica na gestão dos recursos.



TABELA 8 - RENDIMENTO POR IF

	JANEIRO
CAIXA	6.044.494,24
BANCO DO BRASIL	3.978.899,64
TOTAL	10.023.393,88

No mês de janeiro, o rendimento totalizou R\$ 10,02 milhões, sendo R\$ 6,04 milhões provenientes da Caixa Econômica Federal e R\$ 3,98 milhões do Banco do Brasil. Os números indicam maior participação da Caixa no fluxo de ganhos do período, mantendo alinhamento com sua maior representatividade na carteira consolidada.

TABELA 9 - TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

		Tracking Error	
		Janeiro	12 meses
Subcarteira - Liquidez e Estabilidade		0,28	0,49
↳ BB PREV FLUXO RF SIMPLES		0,02	0,07
↳ CX BR DISPONILIDADES		0,02	0,05
↳ CX ALIANÇA TP		0,04	0,07
↳ BB RF REF DI TP LP		0,06	0,08
↳ CX BR RF REF DI LP		0,09	0,1
↳ BB PREV RF PERFIL FIC FI		0,12	0,11
↳ CX BR MATRIZ		0,13	0,12
↳ CX BR TP RF LP		0,18	0,14
↳ BB PREV RF IRF-M1		0,28	0,37
↳ CX BR IRF-M 1TP		0,3	0,37
↳ BB PREV VÉRTICE TP 2027		0,86	2,01
↳ BB PREV RF IMA-B 5 LP		1,48	2,2
↳ BB PREV RF IDKA 2 TP		1,48	2,11
↳ CX BR IMA-B 5 TP RF LP		1,49	2,21
↳ CX BR IDKA IPCA 2A TP		1,5	2,23
↳ CX BR GESTÃO ESTRATÉGICA		2,89	2,48
↳ BB PREV VÉRTICE TP 2030		3	4,67
↳ BB PREV RF IRF-M1+		4,23	5,55

A análise do tracking error da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade revela um comportamento compatível com o papel defensivo esperado desse conjunto de ativos. No agregado, os desvios em relação aos benchmarks permanecem baixos, especialmente no curto prazo, sinalizando boa previsibilidade de retornos e adequada aderência às referências de mercado.

Quando observada a decomposição por instituição, nota-se uma diferença clara de estratégia. Os fundos administrados pelo Banco do Brasil apresentam tracking error mais elevado no horizonte de 12 meses, refletindo a maior exposição a vértices intermediários (Vertice 2027 e 2030) e longos da curva de juros, bem como a índices sensíveis à inflação. Esse movimento sugere uma postura mais ativa na gestão, que amplia o potencial de diferenciação em relação ao benchmark, mas naturalmente eleva a dispersão dos retornos ao longo do tempo.

Em contraste, a Caixa Econômica Federal mantém tracking error consistentemente reduzido tanto no curto quanto no médio prazo. O comportamento indica uma estratégia mais aderente aos índices de referência, com foco em estabilidade e menor volatilidade relativa. Essa característica reforça o papel da instituição como elemento de ancoragem de risco dentro da subcarteira.

A tabela 10 apresenta dois importantes indicadores de desempenho ajustado para a subcarteira de risco: Índice Sharpe e Value at Risk (VaR).

O Índice Sharpe mede o retorno obtido acima da taxa livre de risco em relação à volatilidade do ativo. Em outras palavras, indica quanto o fundo entrega de retorno para cada unidade de risco assumida. Quanto maior o Sharpe, melhor, pois significa maior eficiência na relação risco-retorno.

Já o VaR (Value at Risk) estima a perda máxima esperada em determinado período, dentro de um nível de confiança estatístico. Os valores são negativos porque representam perdas potenciais. Quanto menos negativo o VaR, melhor, pois indica menor risco de perda extrema. Analisando os fundos:

- CX BR Ações Livre apresenta o maior Sharpe em janeiro (2,02), indicando excelente eficiência no curto prazo, e mantém bom desempenho em 12 meses (1,59). Seu VaR é intermediário.
- BB Ações Governança mostra Sharpe consistente (1,94 em janeiro e 1,58 em 12 meses) e o menor VaR (menos negativo) tanto no mês quanto em 12 meses, indicando melhor controle de risco.
- CX BR Eletrobras tem Sharpe baixo em janeiro (0,62), embora elevado em 12 meses (2,56), porém apresenta o maior VaR negativo, indicando maior risco de perdas acentuadas.

TABELA 10 - ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe	Janeiro	12 meses
Subcarteira - Risco	1,8	1,99
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	2,02	1,59
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	1,94	1,58
↳ CX BR ELETROBRAS	0,62	2,56

VaR	Janeiro	12 meses
Subcarteira - Risco	-7,42%	-25,94%
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-6,62%	-23,05%
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-7,45%	-28,13%
↳ CX BR ELETROBRAS	-15,59%	-35,57%

De forma geral, considerando eficiência e controle de risco, o BB Ações Governança se destaca como o fundo mais equilibrado. O CX BR Ações Livre apresenta forte desempenho recente, enquanto o CX BR Eletrobras é o mais arriscado, apesar do bom desempenho ajustado ao risco no horizonte de 12 meses.



TABELA 11 - MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	Janeiro	12 meses
CARTEIRA CONSOLIDADA	62,01%	62,01%
Banco do Brasil	72,74%	72,74%
Caixa Econômica Federal	55,64%	55,64%

O Fundo Previdenciário, no quesito retorno global, superou em 62,01% a meta atuarial mensal de 0,79%. No que se refere à diferença entre as instituições financeiras, a Caixa, apesar de possuir maior saldo, demonstra resultado inferior, em razão de participações menos voláteis e do desempenho fraco do Fundo Eletrobras em 2026.

Em contraponto, o Banco do Brasil apresenta desempenho mais favorável, especialmente com o Fundo Ações Governança, que obteve rendimento aceitável, além do fundo de Títulos Públicos prefixados de vencimento médio e longo prazo (IRF-M1+). Embora o benchmark também esteja presente na Caixa Econômica Federal, ainda não houve aportes

no subgrupo M1+ (de maior vencimento); no entanto, há aportes em vencimentos mais curtos, no subgrupo M1. Tais títulos tendem a se valorizar diante da marcação a mercado, considerando a iminente queda da taxa de juros.

Esses resultados refletem a estratégia de diversificação de ativos, aliada às peculiaridades de cada carteira. Diante do desempenho observado, os excedentes auferidos no mês de janeiro de 2026, conforme a Política de Investimento de 2026 da Goiás Previdência, podem, desde que viável, ser aplicados na subcarteira de risco, representando aproximadamente R\$ 3,82 milhões dos rendimentos obtidos no referido mês.

TABELA 12 - DESEMPENHO DAS SUBCARTEIRAS PELOS BENCHMARKS

DESEMPENHO	RENTABILIDADE DA SUBCARTEIRA	RENTABILIDADE DO BENCHMARK	IAR	ΔR	ERRP	TR
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE	1,2269%	1,1020%	1,113321	0,001249	0,113321	0,003461707
SUBCARTEIRA DE RISCO (IBrX-100)	12,6730%	12,6662%	1,000537	0,000068	0,000537	0,038256341
CARTEIRA CONSOLIDADA	1,3142%	1,1916%	1,102888	0,001226	0,102888	0,003726578

A avaliação do desempenho das subcarteiras e da carteira consolidada foi realizada por meio de métricas complementares que permitem analisar tanto o nível de rentabilidade obtido quanto a superação do benchmark e o grau de aderência ao longo do período. A rentabilidade da subcarteira corresponde ao retorno efetivo apurado como média ponderada dos ativos que a compõem, enquanto a rentabilidade do benchmark representa o parâmetro de referência compatível com seu perfil de risco. O Índice de Aderência Relativa (IAR) mede a razão entre os dois retornos, indicando superação quando superior a 1.

A diferença de rentabilidade (ΔR) expressa o excesso de retorno absoluto, evidenciando diretamente a geração de valor. O Excesso de Retorno Relativo Percentual (ERRP) normaliza esse desvio em termos proporcionais. Por fim, o Tracking Error (TE) mede a variabilidade do excesso de retorno, indicando o grau de risco ativo assumido.

No período analisado, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou rentabili-

dade de 1,2269%, superior ao benchmark de 1,1020%, com IAR de 1,1133 e ΔR positivo de 0,1249 ponto percentual. O baixo Tracking Error (0,00346) indica aderência consistente ao índice, em linha com seu perfil conservador.

A Subcarteira de Risco (IBrX-100) registrou rentabilidade de 12,6730%, praticamente equivalente ao benchmark de 12,6662%, com IAR de 1,0005 e ΔR levemente positivo. O Tracking Error de 0,03826 reflete maior volatilidade relativa, compatível com a natureza da renda variável, mas sem desvios relevantes em relação ao índice.

A Carteira Consolidada apresentou rentabilidade de 1,3142%, superando o benchmark composto de 1,1916%, com IAR de 1,1029 e ΔR positivo de 0,1226 ponto percentual. O Tracking Error de 0,00373 indica baixa dispersão em relação à referência estratégica. Em conjunto, os resultados evidenciam geração de valor com aderência adequada aos benchmarks, demonstrando coerência entre a alocação adotada e os objetivos da Política de Investimentos.

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos:

Leonardo Lucio Barbosa Ferreira

Liah de Deus Coutinho

Gerência de Investimento:

Antonio Francisco Craveiro Portela - Gerente

Felipe da Silva

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Paulo José Paiva Guimarães

Wanessa Bastos de Oliveira Carvalho

GOIASPREV





Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer janeiro de 2026

PARECER GOIASPREV/CI-19523 Nº 3/2026

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (janeiro/2026)

Assunto: Avaliação da apresentação mensal do Fundo Previdenciário – janeiro de 2026

Elaboração: Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos – Gerência de Investimentos

Apreciação: Comitê de Investimentos – GOIASPREV

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de janeiro de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, sendo este o seu último mês de vigência, e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O Boletim Focus e os principais indicadores econômicos, referentes a janeiro de 2026, continuam a evidenciar um processo gradual de desaceleração das expectativas inflacionárias com sucessivas revisões para um fechamento em 2026 cada vez menor. O IPCA acumulado em 12 meses situa-se em 4,44%, permanecendo levemente abaixo do teto superior da meta (4,50%) estabelecida pelo CMN. A inflação de janeiro de 2026 finalizou em 0,33%, embora baixa para o mês de janeiro, é razoavelmente maior do que a aferida para o mesmo mês em 2025 (0,16%).

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou relativa estabilidade ao longo do período, refletindo cautela dos agentes econômicos diante do cenário inflacionário e da condução da política monetária. Esse comportamento indica que o mercado segue precificando a manutenção da taxa básica de juros em patamar restritivo no curto prazo, com expectativas condicionais quanto ao início de um eventual ciclo de flexibilização monetária pelo Banco Central ao longo do primeiro semestre de 2026, a depender da consolidação do processo desinflacionário e da

ancoragem das expectativas. A ata da 276ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), realizada nos dias 27 e 28 de janeiro de 2026, reforça que o cenário atual se mantém marcado por elevada incerteza, e avalia que a estratégia em curso tem se mostrado adequada. Na ocasião, o Comitê decidiu pela manutenção da taxa básica de juros em 15,00% a.a. e antevê, se confirmado o cenário, o início da flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 795 milhões em janeiro de 2026, o que representa crescimento de 3,79% em relação ao fechamento de 2025. O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

Para o mês de janeiro de 2026, o fundo previdenciário obteve rentabilidade mensal de 1,31%, superando a meta atuarial mensal de 0,79%, o que equivale a 165,82% da meta mensal. Em comparação ao CDI de janeiro de 2026 (1,16%), atingiu-se uma rentabilidade de 112,93%. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 1,31%, frente à meta atuarial anual de 0,79%, representando 165,82% da meta alcançada. Em relação ao CDI de fechamento anual (1,16%), o desempenho foi de 112,93%. Tais resultados refletem a eficiência da política de alocação, com o desempenho sendo impulsionado, principalmente, pelas posições em fundos atrelados a títulos prefixados e por fundos indexados ao CDI.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;
2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e à Política de Investimentos vigente até janeiro de 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 4.963/2021;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a janeiro de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

GOIANIA, 19 de fevereiro de 2026.

Gilvan Cândido da Silva
Presidente do Comitê

Adriana Jesus Silva Batista
Membro do Comitê

Antonio Francisco Craveiro Portela

Membro do Comitê

Marcos Medeiros da Silva

Membro do Comitê

Ricardo Mendes

Membro do Comitê



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA, Gerente**, em 19/02/2026, às 15:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Assessor (a)**, em 19/02/2026, às 16:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MENDES, Assessor (a)**, em 20/02/2026, às 09:41, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MEDEIROS DA SILVA, Gerente**, em 23/02/2026, às 18:32, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN CANDIDO DA SILVA, Presidente**, em 12/03/2026, às 17:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **86498507** e o código CRC **3F3A1A2D**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 86498507